

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.498 - PE (2019/0130208-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES
PROCURADOR : RENATA SAMPAIO DE OLIVEIRA SOUZA - PE001038A
AGRAVADO : LOCAR SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA
ADVOGADO : JORGE BALTAR BUARQUE DE GUSMÃO - PE027830
INTERES. : EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO
JABOATAO DOS GUARARAPES

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, assim ementado:

APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO CONTRATO ADMINISTRATIVO INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO VALORES INAPIMPLIDOS AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE VERBAS RECLAMADAS AÇÃO DE COBRANÇA FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO CONFIGURADA UM DOS PEDIDOS INDETERMINADO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 206, § 5º, do CC, no que concerne suspensão do prazo prescricional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Data vênua, não existe razão ao acórdão ora combatido. Isto porque o requerimento em comento apresentado pela recorrida não seria hábil a suspender o curso do prazo prescricional, na forma do art. 4º. parágrafo único, do Decreto n.º 20.910/32. vez que apenas os recursos administrativos com efeito devolutivo e reclamações, interpostos em face de uma decisão específica da Administração Pública, podem suspender ou interromper a prescrição. (fls. 392).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 1531 do CC.

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 20, § 4º, do CPC/73, no que concerne a honorários advocatícios,

trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Dessa forma, não poderia o acórdão ao apreciar equitativamente os critérios e parâmetros a serem seguidos na fixação dos honorários simplesmente condenar a parte sucumbente a um percentual sobre o valor da condenação, sob pena de causar enriquecimento ilícito ao causídico. (fls. 396).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o(s) artigo(s) apontado(s) como violado(s) não tem/têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal” (AgInt no REsp n. 1685486/RJ, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 21/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp n. 1675309/RS, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 26/2/2018; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que “a argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e

sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Quanto à terceira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas honorárias, esta restringe-se aos casos em que fixadas na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível, em recurso especial, a revisão dos valores fixados a título de honorários advocatícios e *astreintes*, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância das importâncias arbitradas, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos” (AgInt no AREsp 1.340.926/PE, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1280289/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 18/3/2019, DJe de 21/3/2019; AgInt no AREsp 1.316.077/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/2/2019; AgInt no AREsp 1.341.142/RS, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/2/2019; e REsp 1.771.668/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso**

especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

